
PAX ASSYRIACA:

SEM VITÓRIA NÃO HÁ PAZ

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI

Resumo: *pretende-se, com o artigo, perceber como a Assíria se constituiu como um império e quais foram seus instrumentos de ação que permitiram a conquista e a vitória diante de tantos outros povos. A pax assyriaca somente pode ser compreendida a partir de episódios de sofrimento extremo. Para os assírios em marcha, a construção da paz levava inevitavelmente à destruição dos povos que se encontravam no caminho.*

Palavras-chave: *pax assyriaca, militarismo, exército, história de Israel*

Impérios não são perenes. Eles vêm e vão. No entanto, todos eles clamam que o seu monopólio de poder deve ser mantido e expandido com o objetivo de levar ordem, civilização e paz a um mundo que se encontra em estado de anarquia e, para isso, insistem em pontuar sua pretensa perenidade. Para os impérios não pode existir paz desacompanhada da vitória. E, nesse sentido, a lógica do império se apresenta com requintes de racionalidade que escondem a destruição que deixam pelo caminho. O que se pretende, na verdade, através da consolidação do imperialismo é o estabelecimento de uma ordem mundial estável, mas sempre a partir da lógica do império. “Sem vitória não há paz” talvez seja a bandeira que tremula a frente dos exércitos assírios em seu avanço para consolidar o poder.

Sabe-se que por um longo tempo a Assíria, junto com a Babilônia e o Egito, povoou o imaginário de homens e mulheres de pequenos povos

como símbolo de crueldade e de opressão e, entre eles podemos destacar para a abordagem nesse artigo, o povo hebreu. Encontramos muitas narrativas bíblicas repletas de situações que revelam a forma da violência e da opressão da Assíria, oferecendo condições para descobrir o sentido destes textos nas circunstâncias vitais que os autores tentaram descrever. Israel sentiu o impacto devastador do exército assírio e, por sua vez, a violência e a opressão dentro do próprio estado também devem ser observadas também como resultado do imperialismo internacional. A cultura bélica que a Assíria impunha sobre seus subordinados reforçava o empobrecimento e opressão das pequenas nações. A manutenção do exército mais os tributos cobrados certamente não eram tirados dos grandes latifundiários, mas eram jogados sobre o povo, principalmente dos camponeses.

TERROR E VIOLÊNCIA EM MARCHA

Os relatos históricos nos apresentam os assírios como povo ambicioso, guerreiro e cruel. Uma ambição sem limites e, conseqüentemente, de uma violência extrema. Em muitos momentos torna-se impossível perceber em seu rosto impenetrável nenhum sentimento humano. Para eles não bastava e não interessava tão somente a conquista passageira de amplos territórios. O objetivo residia, em grau sempre crescente, na incorporação definitiva das regiões conquistadas ao estado assírio.

Historiadores do antigo Oriente Próximo são unânimes em registrar adjetivamente o poder da máquina assíria. Liverani (2008, p. 186, 206) refere-se a Assíria como “uma eficiente e cruel máquina bélica” e “mortal arma bélica”; Bright (2003, p. 327) se refere a ação dos assírios sobre Israel como “anos trágicos” e “a mais grave ameaça de toda a sua história”; Donner (1997, p. 339), por sua vez, afirma que “as unidades de tropas assírias foram, durante séculos, o pavor dos povos do Oriente Antigo” e, finalmente Rubenstein (2009, p. 71, 73) ao discorrer a respeito de Senaqueribe diz que ele “comandava a força militar mais poderosa do mundo” e acrescenta que o uso de armas de ferro permitiu que ele criasse “a estrutura militar mais aterrorizante do mundo”. O desenvolvimento e atividade do exército assírio proporcionaram em todo o Oriente Próximo um clima de terror e medo devido a sua brutalidade e esse clima influenciou diretamente os estados menores.

Podemos resumir o império assírio a partir de duas palavras: enérgico e violento. Por trás de seu crescimento estava evidenciada uma obra de servidão, realizada com meios e métodos de brutalidade e selvageria que excedem qualquer qualificação. E não há porque minimizar tal brutalidade. Parece que esse sentimento selvagem era motivo de alegria e de glória. Pode-se perceber isso na decoração dos palácios assírios: toda ela se inspirava sempre nos mesmos temas, isto é, a caça e a guerra. E, mesmo quando a realeza é representada em pleno descanso, não há como desviar os olhos dos requintes de crueldades presentes: numa dessas cenas, o rei Assurbanipal está descansando num jardim acompanhado pela rainha onde bebem e escutam música. E a poucos passos do rei, que estava sentado embaixo de uma parreira, pode ser observada, presa a uma árvore, a cabeça de Teuman, inimigo vencido na última expedição contra Elam (*apud* ROSSI, 1998, p. 12).

Os assírios desejavam ser lembrados como homens cruéis e ser vistos com a marca da brutalidade e, por isso, consideravam-se o braço da potência destruidora que é o deus Assur - o deus da guerra - e, conseqüentemente, se viam como a mais pura expressão terrena de duas outras terrificantes divindades, Ninurta e Adad, conhecidas pelo seu caráter altamente belicoso. O avanço inexorável do exército assírio significava para todas as pessoas o jugo impiedoso ou a destruição total. A Assíria não admitia aliados porque só ela devia dominar em todo o mundo conhecido.

O Imperialismo assírio deixou marcas por suas ações violentas tendo como instrumento sua força militar. Era um Império mercantil escravista que evidentemente impunha seus valores através de uma cultura bélica hegemônica. Como todos os impérios da antiguidade, o assírio saqueava as cidades e propriedades dos povos vencidos e levavam muitos deles para o cativeiro. A citação a seguir, de um documento oficial, mostra de forma clara como os assírios se jactavam dessas práticas. O documento se refere à campanha de Assurbanípal contra Elam:

Eu conquistei Susa, a capital, residência de seus deuses. Por ordem de Assur e Ishtar, penetrei no interior de seus palácios; ali vivi com alegria. Abri seus tesouros, onde estavam acumulados o ouro, a prata, os bens e as riquezas que os reis de Elam, desde os mais antigos até os contemporâneos, haviam reunido e acumulado e sobre os quais nenhum inimigo antes de

mim havia colocada a mão. Os tomei e contei como botin. Prata, ouro, bens e riquezas de Sumer e Akad e também de Kerduniash [...] os levei como botin a Assíria. Destruí a torre de Susa que estava revestida de lápis-lazúli, destruí seu teto adornado de bronze brilhante [...] Minhas tropas de choque penetraram em seus bosques sagrados; e uma vez que viram o mistério, os entregaram às chamas. Destrocei e destruí os fétretos de seus antigos e modernos reis que não adoravam a Assur e Ishtar e que os reis, meus pais, haviam deixado em paz; levei seus esqueletos para a Assíria. Não deixei suas mãos descansarem, lhes neguei as oferendas mortuárias e as libações de água. Ao tempo de um mês e vinte e cinco dias devastei os distritos de Elam [...] Exigi e levei a Assíria o pó de Susa, Madaktu, Jaltimas e outras de suas cidades [...] Fiz cessar em seus campos as vozes dos homens, o passo do gado grande e do pequeno, os alegres cantos de alegria. Deixei estabelecer ali os onagros, as gazelas e todas as espécies de animais selvagens.

Nenhuma crueldade do ofício da guerra era estranha (inclusive a de espalhar sal pelos campos para que nada crescesse e a prática da tortura) aos reis assírios e aos seus soldados e oficiais. Diante da mínima resistência, deixavam atrás de si povoados sem vida e a terra completamente queimada. Novamente as palavras de um dos reis assírios retratam essa situação:

muitos prisioneiros queimei a fogo, muitos capturei vivos: a uns amputei as mãos e os dedos, a outros cortei o nariz e as orelhas, a muitos vazei os olhos. Fiz um montão de vivos e um montão de cabeças; até as cabeças enfiadas em paus em torno da cidade. Queimei seus filhos e filhas no fogo. Destruí, devastei a cidade, queimei-a no fogo e a arrasei completamente (ROSSI, 1998, p. 13).

Visto que os próprios assírios se jactavam de suas crueldades, não é de se estranhar que os hebreus pensassem a Assíria, e em particular sua capital, como o centro da crueldade e da violência. As citações a seguir fornecem-nos um claro relato do modo como Israel via a Assíria e a Nínive, sua capital (Na 3.1-7, 18-19: “Ai de Nínive, cidade cruel, cheia de mentiras e de violência, onde não faltam crimes!”).

O IMPERIALISMO ASSÍRIO: O SURGIMENTO DE UM NOVO IMPÉRIO

Imperialismo, fenômeno tão antigo quanto o da civilização, pode ser entendido como a “política de um Estado que se propõe a estabelecer um controle para além de suas fronteiras sobre um povo que se nega a aceitar tal controle” (GARMUS, 1989, p. 7). A Assíria é um exemplo claro da definição acima de Império. O mundo antigo o conheceu em todo seu poder por volta da segunda metade do século VIII sob Tiglat-Pileser III (745-727), um grande organizador e hábil militar. De acordo com Gunneweg (2005), ele tornou-se o verdadeiro fundador do Império. Não se contentou com campanhas ocasionais sobre pequenos Estados para obrigá-los a pagarem tributos. Suas campanhas militares eram subsidiadas por uma política que visava à submissão definitiva e completa das regiões conquistadas. É necessário interpretar a marcha triunfal do imperialismo assírio a partir de Tiglat-Pileser III sobre o transfundo de uma política expansionista bem pensada, de uma prática sistemática de avassalamento e de uma superioridade militar. Todavia, é necessário afirmar que o sucesso dos exércitos assírios e a contínua expansão do império não dependiam dos talentos e da personalidade particulares de um imperador qualquer. O sistema administrativo e militar criado por Tiglat-Pileser III sobreviveriam a ele e, sob seus sucessores, o exército continuaria sendo invencível.

No entanto, é possível dizer que o período de ascensão assíria percorre séculos. Mais precisamente dos séculos IX ao VII. Antes desses séculos seu militarismo traduziu-se em incursões de surpresa que não visavam conquistas permanentes. Embora Tiglate-Pileser I tenha vencido a Babilônia numa campanha terrivelmente dura e atingido o mediterrâneo por volta de 1100 a.C., seus sucessores eram fracos. A Assíria não conseguia manter-se para além do Eufrates. Faltava ainda uma concepção político-militar clara, sem a qual um império não podia surgir e muito menos subsistir. As guerras de expansão, afirma Toynbee (1978), tiveram início por volta de 932 a.C., e os ocupantes arameus da Mesopotâmia foram suas primeiras vítimas. O início do império encontra-se no período de governo de Adadnirari II (912-891). O interesse era a incorporação definitiva de regiões conquistadas ao Estado assírio. Nesse sentido, Donner (1997, p. 339) afirma:

A novidade [...] consistia em não as deixar por conta própria, depois de tê-las conquistado e obrigado a pagar tributo, mas em passar a incorporá-las administrativamente em seu império, como províncias com governadores assírios e guarnições. [...] Adadnarari II colocou por assim dizer a pedra fundamental para o clássico sistema provincial assírio que os soberanos dos séculos seguintes continuaram a erigir passo a passo.

Assur-nasir-pal II (883-859), neto de Adadnirari, representa o primeiro ponto alto da história do Império. Com sua política expansionista leva a Assíria ao mediterrâneo e atinge a Síria e Fenícia (Arvate, Biblos, Tiro e Sidom) e despoja pesados tributos. Embora não tenha conseguido transferir o sistema provincial para fora da Mesopotâmia continuou a montar ao seu redor um grande cinturão de Estados vassalos. Ademais, reconstruía cidades destruídas, as ocupava com guarnições e as utilizava como bases de ação assíria, o que pode ser considerado uma novidade na prática assíria.

O método assírio de construção do império pode ser considerado mais brutal e devastador do que os egípcios (TOYNBEE, 1978, p. 197). O levante surpreendente deste novo império está marcado pela violência de seu militarismo. O sucessor e filho de Assur-nasir-pal II, Salmanasar III (859-824 a.C.) continuou sua prática agressiva. Segundo Sicre (2003, p. 460), o imperialismo em grande escala ameaçou no horizonte somente em meados do século IX a.C., quando Salmanasar III assumiu o trono da Assíria. Contudo, inicialmente, sua política expansionista não teve êxito. Lançou-se para o sul através da Síria. Em sua campanha de 853 a.C. veio de Nínive até Hamat capturando e saqueando. Entrou em conflitos diretos com uma coalizão em Cárcar sobre o Orontes. A coalizão antiassíria na ocasião conseguiu sua finalidade, pois, temporariamente venceu e somente cinco anos depois Salmanasar fez nova tentativa.

Sobretudo, em 841, o ano da mais séria campanha, o exército assírio devastou o sul, derrotou os arameus e cercou Damasco, que por sua vez, sob Hazeel, não capitulou. Bright (2003, p. 310) diz que “Salmanasar fez uma incursão para o Sul até Hauran, e para o oeste até o mar, ao longo do litoral fenício, extorquindo tributo de Tiro e Sidon, bem como de Jeú de Israel durante a passagem. Mas ainda não tinha vindo para ficar”. Em sua incursão, de acordo com Aharoni (1999, p. 96-99), destruiu várias cidades. Em direção ao ocidente destruiu Bete-

Arbel e Hasor, alcançou a montanha de “baalirasi” e colocou ali sua estátua. Ali recebeu tributos, como já afirmado, de Tiro e de Israel, pois, as fronteiras dos dois Estados passavam por aquele monte. Esse pode ser considerado seu maior intento. Invadiu pela primeira vez a Síria Central, que não havia sido tocada pela expansão assíria anteriormente. Salmanasar demonstrou, segundo Donner (1997, p. 341), para todos os lados o poder da Assíria, “não menos que 27 campanhas, arrecadou infindáveis tributos e fez o território assírio avançar para o oeste através da subjugação de Bit-Adini, que lhe obstrui o caminho para oeste”.

Adad-nirari III (811-784), sucessor de Salmanassar III, assumiu a mesma política agressiva. Empenhou-se em várias campanhas contra os arameus. Em 802 a.C., aproximadamente, Damasco enfim foi subjugada e ficou sujeita a pesados tributos. Israel não foi atingido diretamente, pois Adad-nirari III, em seus últimos anos se ocupou com outras regiões ao norte. Seus sucessores, Salmanassar IV (783-774), Assurdan III (773-756) e Assur-nirari V (755-745), foram incapazes de se manter a oeste do Eufrates, principalmente devido às investidas de Urartu ao norte aliado de alguns países Sírios, além de uma série de agitações internas que perduraram até a metade do século VIII a.C.

Após este período de fraqueza Tiglate-Pileser III (745-727), o verdadeiro fundador do novo Império, ascendeu ao trono assírio. De acordo com Garmus (1989, p. 11) estavam em conflito duas concepções de império, a tradicional, baseada na antiga realeza; e a nova, baseada na nobreza de mercadores. A Assíria precisava, afirma Donner (1997, p. 344), “de uma concepção clara e objetiva e de um homem que a soubesse interpretar e manejar soberanamente para aumentar o império”. Foi Tiglate-Pileser III que se apresentou com essas características, realizando uma reforma administrativa que centralizou o poder assírio. Sua ambição era as terras além do Eufrates por causa da madeira e minerais e, sobretudo, porque eram portas de entrada para o Egito, sudoeste da Ásia Menor, e para o comércio do Mediterrâneo.

Suas campanhas não visavam apenas vincular pequenos estados e extorquir tributos numa relação de vassalagem, mas sim realizar a conquista permanente. Além de cobrar tributos, em caso de rebelião, deportava os culpados e incorporava suas terras às províncias do Império. Para Bright (2003, p. 328), três palavras descrevem as investidas da Assíria nesse período, “conquistar, ocupar, dominar”. Tiglate Pileser III de-

envolveu um sistema de aniquilação da autonomia política dos vassallos com o objetivo de incorporá-los na estrutura das províncias assírias. Com objetivo de dominar o território de acesso ao Egito, sua primeira campanha em 738 a.C. fez da Síria e da Fenícia seus vassallos. Em sua segunda campanha, em 734 a.C., Tiglat-Pileser vai até Gaza (Israel também é atingido). Nesta campanha anexou pequenas províncias como Dor, Megido e Gileade. Israel ficou reduzido às montanhas de Efraim. A prática do Imperialismo assírio era a de “movimentar os líderes” com a intenção de dismantelar a vida pública (PIXLEY, 2002, p. 63ss).

Aharoni (1999, p.113) relata que a política assíria tornou necessária a organização dos territórios recém-conquistados em distritos sob governadores fiéis. Isto não impediu a continuação de algumas dinastias locais em estados-chave. Todavia, estados que causassem problemas não poderiam sobreviver. De acordo com o autor:

Damasco, porém, causara problemas excessivos para que a dinastia pudesse sobreviver. Seu território foi dividido em quatro províncias. O território tomado de Israel teve um destino similar. A Alta Galiléia, ou a maior parte dela, foi provavelmente entregue a Tiro. Um governador assírio veio a ser instalado no recém-reconstruído centro administrativo de Meguido. A província de Meguido abrangia principalmente os Vales de Jezreel e Bete-Seã e, provavelmente, também a Alta Galiléia. A Transjordânia tornou-se a província de Gileade.

A costa fenícia não foi transformada em província pela necessidade. Os fenícios desfrutavam de certos cuidados porquanto a Assíria continuava valendo-se de sua ampla rede de relações comerciais. Mantiveram também no sul, estados meio autônomos a fim de que as fronteiras assírias não tivessem contato direto com as do Egito e com Edom, por motivos econômicos (DONNER, 1997). Tiglate-Pileser III e seus sucessores unificaram paulatinamente todo o Oriente Próximo. Certamente foi um resultado que mudou o cenário do corredor siro-palestinese. A cultura bélica imposta pelos assírios deixou marcas profundas nos estados com os quais teve contatos e foram subordinados. Como Império mercantil escravista que era, impôs uma nova formação sócio-cultural.

Os assírios aparecem, portanto, como fundadores de um império no qual os protetorados e os reinos tributários foram praticamente substitu-

idos por rigorosa organização de províncias controladas diretamente pelo poder central. No campo estratégico, traziam inovações: iniciaram a transferência dos povos conquistados entre as províncias em impressionantes caravanas de milhares de exilados, com a finalidade de desarraigar qualquer sentimento nacionalista. Entretanto, esse objetivo não caía dos céus. Era necessário um plano de ação, um projeto político-militar. O pressuposto principal para tal finalidade residia na organização de um governo centralista e extremamente enérgico.

O EXÉRCITO COMO ELEMENTO DE TERROR

O exército assírio se aperfeiçoou grandemente. Tiglate-Pileser III foi o responsável por uma revolução na técnica da guerra: nos carros de combate substituiu as rodas de seis raios por outras de oito, mais resistentes; também passou a empregar cavalos de reposição, que permitiam maior rapidez e liberdade de movimentos; equipou os cavaleiros com armadura e a infantaria com botas; estabeleceu uma força profissional de mercenários, sobretudo arameus, como soldados de infantaria. As tropas montadas, a cavalaria e os soldados em carro eram na sua maioria assírios, mas também incluíam alguns reforços estrangeiros; os carros eram controlados pelo eunuco principal. Um exército que se manifestou superior a qualquer adversário tanto em armamento quanto em capacitação técnico-tática.

Gottwald (1964) reforça essa noção ao afirmar que o fundamento militar do império neo-assírio no período compreendido entre 745-612 a.C., era um exército de infantaria, cavalaria e carros de combate suplementados por unidades de cerco com baterias de aríetes e comandos para minar os muros das cidades que os capacitava a capturar virtualmente qualquer cidade na antiguidade se houvesse tempo suficiente. Não há dúvida que os assírios eram a potência militar mais temida de sua época e suas tropas eram conhecidas como o “pavor do oriente antigo”.

Com Senaqueribe (704-681) começou a ocorrer uma grande mudança na composição do exército: de cidadãos assírios livres para a incorporação de tropas capturadas e o emprego de mercenários, aumentando sensivelmente o exército assírio. Era um exército impressionante em sua eficiência. Nas paredes dos palácios dos reis assírios é possível encontrar cenas

de batalhas gravadas na pedra onde as tropas com armaduras empunham espadas, escudos e lanças de ferro, retesam novos modelos de arcos, que disparam flechas que perfuram as armaduras, conduzem carros de guerra encouraçados e utilizam uma nova tecnologia de armas de cerco para quebrar a resistência de cidades muradas sob ataque. Alguns versos do profeta Isaías (5,26-29) ajudam-nos a caracterizar o exército assírio no imaginário do povo da Bíblia, no qual aparecem detalhes da técnica e da prática de combate dos assírios e dos armamentos utilizados. Certamente que para o profeta o exército assírio era a força de combate mais eficaz jamais reunida. As palavras dele falam por si mesmas:

O Senhor levanta uma bandeira para chamar uma nação que fica lá no fim do mundo; com um assobio, ele chama o povo daquele país distante, e eles vêm correndo com muita rapidez. Nenhum dos seus soldados se cansa ou tropeça, nenhum descansa ou dorme. Eles estão preparados para lutar: os cinturões estão bem apertados, e as tiras das sandálias não se arrebentam. As suas flechas são pontudas, e os seus arcos estão prontos para atirar. Os cascos dos seus cavalos são duros como pedra, e as rodas dos seus carros de guerra parecem redemoínhos. Esses soldados rugem como leões, como leões ferozes que matam um animal e, rosnando, o arrastam para um lugar onde ninguém o pode arrancar deles.

A condição prévia para a política externa era a formação de um exército forte e permanente, com esquadrões de carros de guerra e cavalaria que pudessem rapidamente ser postos em combate. A Assíria sob Adadnirari II desenvolveu esse exército - a tecnologia do ferro, além dos carros de guerra, fornecia armamento mais barato e eficiente, como arcos com flechas de ponta de ferro e lanças. De acordo com Herrmann (1985), a extraordinária superioridade dos assírios se devia, em grande parte, ao fato de que dispunham de um exército permanente. Sabemos que os pequenos reinos, como por exemplo, Síria e Palestina, geralmente recorriam a recrutamentos ocasionais. No caso de necessidade todos os homens livres deviam ir às armas enquanto a economia camponesa ficava abandonada. Exércitos semelhantes a esses não tinham condições de lançar-se em expedições militares mais amplas; para eles era praticamente impossível cobrir grandes distâncias. Dessa forma, sua principal utilidade se reduzia principalmente a operações defensivas dentro de uma área limitada.

Ao contrário, os assírios dispunham de guerreiros profissionais, que não somente pertenciam ao próprio povo, mas que também eram mercenários das mais diversas nacionalidades. Com o passar dos anos essas tropas durante suas prolongadas campanhas foram adquirindo cada vez mais habilidade e técnica. Além disso, os exércitos mercenários dos povos conquistados ampliavam e consolidavam a força combativa do exército assírio. Deste modo, para Herrmann (1985, p. 315), “surgiu um império singular para aquela época, solidamente organizado e sistematicamente estruturado, um sistema de estados com numerosas províncias, que giravam ao redor da região central e que, por seu lado, ficavam rodeadas por um cinturão de estados vassalos”. A maquinaria bélica assíria necessitava de constantes reforços de homens, animais e equipamento. Estes eram obtidos através dos impostos, dos tributos e dos espólios e as campanhas anuais dirigidas pelos reis ou pelos oficiais garantiam que os povos submetidos ou aliados da Assíria não se esquecessem das suas obrigações.

O rei, figura principal nessa organização de comando, apresentava-se como o próprio representante de sua divindade - o deus imperial de Assur. Além disso, os assírios julgavam agir por um mandado preciso do deus Assur. De acordo com Liverani (2008, p. 206), “todos os relatórios das campanhas militares deles iniciam com “por ordem” ou “por mandado do deus Assur e dos grandes deuses”. Esse rei, à frente de um imenso exército de funcionários civis e militares, exigia-lhe que prestassem contas da mesma forma que ele a Deus. O soberano assírio é o realizador, na primeira pessoa, das destruições e dos extermínios desejados pelos deuses. Segundo Rossi (1998, 12), diferentemente dos soberanos dos outros povos, o rei assírio não se qualificava como “pastor do povo”, mas sim como “vingador do deus Assur”, como fúria devastadora, como férreo dono e senhor das gentes.

O âmbito ideológico da estrutura administrativa, conseqüentemente, estava na religião. O rei estava no topo de toda a administração. Considerava-se o sacerdote de Assur e seu dever era ampliar os domínios de seu Senhor. Deveria prestar contas a Assur de suas ações e os povos deveriam reconhecer sua autoridade, por isso, segundo as palavras de Garmus (1989, p. 17):

[...] nenhum tratado de aliança, com exceção do feito com Babilônia, era feito em pé de igualdade. [...] Assim, o domínio de Assur tornava-se praticamente

extensível ao mundo, e seu representante na terra se achava investido de um poder de dominação universal. Uma das cláusulas desse tratado define a figura do soberano absoluto: Ele será vosso rei e vosso senhor. Ele pode abaixar o poderoso e elevar o fraco, condenar à morte quem o mereça e agraciar quem possa sê-lo. Ouvireis tudo o que ele disser e fareis tudo o que ele ordenar. Não induzireis nenhum outro rei, nenhum outro senhor contra ele.

A coesão do império era mantida pela religião. Todos que tivessem alguma função, seja administrativa, militar ou social deveriam jurar fidelidade ao rei diante as imagens do deus Assur. Pode-se dizer que a combinação de uma ideologia religiosa com a premissa de um governo centralista e enérgico lançou as bases do militarismo assírio. Nas palavras de Donner (1997, p. 338):

O rei, como mandatário do deus imperial Assur, estava à testa de um imenso exército de funcionários civis e militares, que eram obrigados a lhe prestar contas da mesma forma que ele a Deus. A isso se somou como condição prévia da política externa imperialista, a formação e a manutenção de um exército permanente de grande força combativa, com destacamentos de carros de guerra e, pela primeira vez, também com uma cavalaria, que podia entrar em combate com extrema rapidez e eficácia.

O militarismo assírio estruturado com um exército grande e poderoso era conhecido por sua impiedade. As rebeliões eram sempre abafadas através da força. Sob, por exemplo, Salmanasar III a Assíria espalhou o terror sobre o mediterrâneo. Assim criou-se a partir dele o ‘mito da crueldade assíria’ que para se impor aos adversários, costumava empilhar pirâmides de cabeças diante das portas das cidades conquistadas ou empalar adversários.

A forma com que a Assíria impunha sua cultura bélica sobre Estados menores além de violenta era bem estruturada e estava enraizada no próprio modelo de sociedade. A intervenção militar proporcionava condições para imposição de todo esse modelo de economia, política, sociedade e religião. A submissão não acontecia apenas em um dos âmbitos. Os subordinados eram, em todos os âmbitos, obrigados a se submeter ao domínio assírio, ou seja, estavam sob a administração central e provincial, eram tributários, tinham as mesmas camadas sociais e eram súditos do deus Assur. Além disso, o militarismo

estava vinculado ao fenômeno religioso, e os dois pertenciam ao embasamento ideológico. Assim sendo, segundo Ramirez (1991, p. 10), “o militarismo faz uso do fenômeno religioso para conseguir seus fins, também a religião, em determinadas circunstâncias, assume características militares”.

A VASSALAGEM COMO INSTRUMENTO DE DESESTRUTURAÇÃO

As marcas de violência percorrem toda a história do imperialismo assírio. Onde encontravam resistências deixavam a população morta e queimavam a terra. Embora os níveis de dominação do sistema assírio variassem, a prática da violência incorporada no exército sempre esteve presente. Essa variação acontecia devido ao procedimento assírio de dominação que se pode chamar de “estágios”. A dominação e aniquilação da autonomia política dos vassalos também a partir das inovações feitas por Tiglat-Pileser III aconteciam sob três estágios diferentes, a saber:

- o primeiro estágio consistia em uma demonstração de força, que levava os Estados a uma condição de vassalagem, com pagamento anual de tributo;
- se posteriormente acontecesse ou pelo menos se suspeitasse de uma conspiração contra a Assíria, as tropas do império intervinham rapidamente, destituíam o rei e colocavam em seu lugar um príncipe favorável ao império; simultaneamente os impostos eram aumentados, controlava-se mais eficazmente a política exterior e o território era diminuído, tornando-se grande parte dele província assíria;
- ao menor sinal de nova conspiração, as tropas intervinham novamente; o país perdia sua independência política, tornando-se província assíria, ocorrendo a deportação de um grande número de habitantes, que eram substituídos por estrangeiros; esta última medida tinha como objetivo destruir a coesão nacional e impedir novas revoltas pois a composição étnica do estado tributário era alterada. E, além disso, é possível acrescentar que essa prática de “deportação cruzada” (LIVERANI, 2008, p. 193) cumpria um objetivo sinístrico, ou seja, a partir de uma assimilação lingüística, cultural e política a mais completa possível, buscava-se transformar os vencidos em assírios. Nesse caso, finalmente, o processo de conquista havia chegado ao seu final: o reino rebelde e estranho se transfor-

mava numa nova província do cosmo diretamente dependente do rei e do deus Assur. Segundo Gottwald (1964) se a deportação de população conquistada era praticada em escala limitada pelos hititas, teria sido Tiglate Pileser III o introdutor da prática de deportação como uma troca sistemática de populações com o objetivo de dissuadir revoltas e utilizar economicamente as habilidades dos novos colonos. Raramente, talvez nunca, toda a população de um território conquistado fosse removida. Uma operação dessa magnitude seria considerada uma tarefa sobre-humana. Na verdade, talvez somente os grupos economicamente produtivos e politicamente influentes eram normalmente removidos. De acordo com Rubenstein (2009, p. 55), “durante todo o período de governo assírio o número total de pessoas retiradas à força de suas terras natais provavelmente chegou a mais de quatro milhões”.

Todavia, as subordinações dos Estados não obedeciam necessariamente essa ordem. As situações e as diferentes reações determinavam a ação dos assírios. Ademais, é necessário ressaltar que em todos os estágios a presença e a ação avassaladora do exército são fundamentais. Em um primeiro momento a demonstração do poderio militar assírio; em um segundo, apenas uma intervenção militar violenta; em um terceiro, a ocupação militar definitiva. O Reino de Israel seria vítima desse procedimento no ano de 722 depois de dois anos de assédio. Porém, com o assassinato de Salmanasar, Israel prolonga sua agonia até o ano de 720, data em que Sargão II deporta 27.290 samaritanos. Um texto dos anais assírios (ISK *apud* LIVERANI, 2008, p. 189) é revelador:

Com a garantia de Assur, que me faz (sempre) chegar ao meu objetivo, combati contra eles ... 27.290 de seus habitantes, eu os levei embora, 50 carros eu tomei para minha tropa régia... Samaria, eu a modifiquei e a fiz maior que antes. Gente das terras por mim conquistadas fiz que ali residissem, dei posse como governador deles a um dos meus eunucos e lhes impus tributo e taxas como aos assírios.

Esta política de dominação tem raízes econômicas, sociais, político-militares e religioso-ideológicas que repercutem nos países subordinados ao Império assírio. Vejamos a partir de uma análise feita por Garmus (1989) como esses vários âmbitos podem nos ajudar a compreender como a dominação acontece.

A política expansionista assíria tende a eliminar a independência dos vassallos inadimplentes. Para que os negócios do Império assim fossem conduzidos havia duas administrações, uma central e outra provincial. A administração central estava diretamente ligada a figura do rei, e era composta por um corpo de administradores experientes - a hierarquia até Salmanasar V era assim constituída: rei, general, arauto do palácio, administrador dos templos, governadores das províncias, precedidos pelo governador de Assur. Os detentores de títulos de nobreza, além de funções no palácio administravam províncias periféricas do Império, enquanto que a administração provincial era confiada a um governador ou “chefe de circunscrição”. O governador dispunha de tropas para manter a ordem e garantir a cobrança de impostos, entrega de matérias-primas e recrutamento para corvéia e exército. As províncias deveriam enviar relatórios à corte que verificavam a veracidade do conteúdo por meio de inspetores enviados da metrópole.

A economia era baseada no recolhimento de tributos. O imperialismo escravista assírio significou como outros a transferência de riquezas das sociedades mais fracas e pobres para suas próprias cortes abastadas. O tributo empobrecia o povo, sobretudo, o camponês. Conquanto, quando taxado sob a força de um militarismo estrangeiro a nação inteira sofria. A situação de Israel piorou quando sobreveio o pesado tributo imposto pelos assírios. Por exemplo, Jeú pagou pesado tributo para Salmanasar III e Manaém pagou a Tiglat-Pileser III. A expansão do comércio assírio acompanhava a expansão geográfica e beneficiava as classes dirigentes.

CONCLUSÃO

Uma leitura atenta dos *Anais* assírios permite detectar uma versão triunfalista do próprio império. Na verdade, impérios se constituem a partir de uma visão que extrapola a realidade dos fatos e, como vencedores que são, têm a particularidade de escrever ou reescrever a história a partir de seu próprio triunfo.

Se pudéssemos olhar logo após a passagem do exército assírio provavelmente veríamos cidades destruídas, vilas incendiadas, colheita e gados saqueados, pomares e vinhedos cortados, habitantes massacrados e torturados e tantos outros deportados. Se a cena por si mesmo é inflacionada de destruição, não pode ainda ser considerada a pior

das cenas. Os assírios possuíam uma nova e aterrorizante arma política: talvez, pela primeira vez na história, aqueles que enfrentavam a mais destruidora arma de guerra jamais vista eram ameaçados não somente com a derrota, a dominação e a perda da sua independência nacional, mas também com a sua extinção como cultura.

A paz dos assírios não significava em hipótese alguma a paz dos povos conquistados. Nesse sentido, a *pax assyriana* produzia no máximo paz em seu poder imperial central, mas não na “periferia” do império representado pela totalidade dos povos conquistados. Não há para as vítimas do império segurança no poder coercitivo. Ao contrário, existe dor, destruição e aniquilamento. Sendo assim, não é possível pensar o rei do mundo assírio como aquele que realiza a paz. De certa forma, deveríamos repensar os conceitos de vitória e de paz, principalmente o conceito de vitória associado à paz.

Lembro-me de uma expressão de Flávio Josefo (Guerra dos Judeus, I:8) refletindo a partir de um outro império e uma época mais distante: “Realmente não sei como poderiam parecer grandes os que vencem os pequenos”.

Referências

AHARONI, Yohanan et al. *Atlas bíblico*. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003.

DONNER, H. *História de Israel*. Vozes: Petrópolis, 1997. V. 2.

GARELLI, P. *O oriente próximo asiático: das origens às invasões dos povos do mar*. São Paulo: Edusp, 1982.

GARMUS, Ludovico. O Imperialismo: estrutura de dominação. *Ribla: Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, São Paulo, n.3, p.7-20, 1989.

GOTTWALD, Norman K. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1988.

GOTTWALD, N. K. *As tribos de Iahweh*. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOTTWALD, N. K. *All the Kingdoms of the Earth*. New York: Harper & Row, 1964.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *Teologia bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.

HERRMANN, S. *Historia de Israel*. Salamanca: Sígueme, 1985.

- HERZOG, C; GICHON, M. *Battles of the Bible*. London: Green Hill Books, 1997
- JOSEFO, F. Guerra dos judeus (Livro I). Curitiba: Juruá, 2009.
- KELLE, B. E. *Ancient Israel at war 853-586 B.C.* Oxford: Osprey Publishing, 2007
- KERN, P.B. *Ancient siege warfare*. Indiana: Indiana University Press, 1999.
- LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*. São Paulo: Paulus, 2008
- MAZAR, A. *Arqueologia da terra da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- PIXLEY, J. *História de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- RAMIREZ, Dagoberto. Militarismo y Religion en el Pueblo. *Ribla: Revista de Interpretacion Biblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n.8, p.7-13, 1991.
- RUBENSTEIN, R.E. *Assim disse o Senhor: a visão revolucionária dos profetas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Como ler o livro de Naum*. São Paulo: Paulus, 1998.
- STERN, E. *Archaeology of the land of the bible: the assyrian, babylonian and persian periods (732 – 332 B.C.E.)*. New York: Doubleday, 2001.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe terra: uma história narrativa do mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Abstract: the purpose of this article is to perceive how Assyria became an empire and the instruments of action they used which made possible their victory and conquer of so many peoples. The pax assyriaca could only be understood out of extreme suffering episodes. For the Assyrians on the march, the construction of peace led inevitably to the destruction of the peoples who were on the way.

Keywords: pax assyriaca, militarism, army, history of Israel

Recebido em 05 de março de 2010.

Aceito em 30 de maio de 2010.

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI

Professor no Mestrado em Teologia da PUCPR. Pós-doutor em História Antiga pela Unicamp e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary. *E-mail:* luiz.rossi@pucpr.br; *Site:* www.luizalexandrrossi.com.br.